

Política

CONSTITUINTE

Todas as emendas rejeitadas, acabou prevalecendo o texto do Centrão: nem prorrogação nem mandato-tampão. Eleições normais, este ano.

Decidido: eleições este ano.

A Constituinte rejeitou ontem, por larga margem de votos, as emendas que visavam — prorrogar os mandatos dos atuais prefeitos e vereadores, ou permitir a sua reeleição ou estabelecer mandato-tampão de dois anos.

Nas Disposições Gerais e Transitórias permaneceu, portanto, o dispositivo do Centrão estabelecendo que esses mandatos terminarão no dia 1º de janeiro do ano que vem, quando tomarão posse os eleitos. As votações terminaram com alguns parlamentares acenando com o sinal de adeus a mais de uma centena de prefeitos.

Se a nova Constituição for promulgada a tempo, as eleições municipais deste ano serão realizadas antes do dia 2 de outubro, pois o artigo 33 da sua parte permanente diz que os prefeitos e vice-prefeitos serão eleitos "até, 90 dias antes do término do mandato de seu antecessor, para mandato de quatro anos". — O que provocou algumas dúvidas (veja matéria ao lado).

Depois de 11 dias sem deliberações por falta de quórum, a Constituinte retomou ontem as votações, concluindo em duas horas e meia o exame das emendas à parte final do artigo 3º do projeto do Centrão, o mesmo artigo que deu base a uma fusão de emendas, no dia 2 passado, para permitir a fixação em cinco anos do mandato do presidente Sarney.

A primeira emenda, do deputado Asdrúbal Bentes (PMDB-PA), determinando a realização de eleições gerais em 15 de novembro de 1989 — de vereador a presidente da República, o que implicava prorrogar os mandatos dos prefeitos e vereadores e cortar os mandatos dos deputados, senadores e governadores — foi rejeitada por 407 votos contra 32 e dez abstenções.

Outra emenda, do deputado Rosa Prata (PMDB-MG), estabelecendo eleições municipais este ano, mas para mandata-tampão de dois anos (permitida depois a reeleição dos eleitos), sob o fundamento de se buscar a coincidência de mandatos, foi derrotada por 347 votos contra 111 e seis abstenções. A seguir, foi igualmente rejeitada, por 327 votos contra 116 e 11 abstenções, emenda do deputado Cesar Cals Neto (PDS-CE) também instituindo mandato-tampão de dois anos, mas com a diferença de que permitia aos atuais prefeitos e vereadores candidatarem-se à reeleição.

Também foram derrotadas duas emendas, consideradas "casuísticas": a do senador Leite Chaves (PMDB-PR), que estabelecia medida de ordem geral permitindo aos governadores que pretendessem candidatar-se à Presidência da República na sucessão de Sarney simplesmente se licenciarem dos seus postos. Era uma emenda sob medida para o governador Orestes Quércia, mas foi derrotada por 429 votos contra 20 e cinco abstenções.



Cabral, Ulysses, Covas: eleições difíceis.



Plenário: sob pressão de militares e prefeitos.

A Câmara vota hoje a regulamentação. E vai contrariar o Senado.

As lideranças da Câmara optaram ontem por rejeitar, na votação de hoje, o projeto regulamentando as eleições municipais deste ano, votado semana passada pelo Senado. A intenção é restabelecer o projeto original aprovado pela Câmara para garantir, por exemplo, a eleição em dois turnos nos municípios com mais de 200 mil eleitores e a proibição de que comunicadores de rádio e televisão apresentem programas no período pré-eleitoral. Esses dois pontos foram retirados do projeto aprovado no Senado.

No entanto, como os líderes partidários, reunidos ontem no gabinete do líder do PMDB, Ibsen Pinheiro — articulador do projeto desde o início — também gostaram do projeto do Senado em alguns pontos, decidiram incluir essas alterações no projeto final através de destaques. Um desses pontos é a permissão de que as mesas receptoras de votos possam iniciar a apuração logo após o fim da votação, o que contribuirá para acelerar os trabalhos.

A Câmara vai acolher também a proibição do trabalho de boca de urna e a limitação na utilização de outdoors em lugares pré-fixados pelas prefeituras. Concordou também com os prazos estabelecidos pelo Senado para proibição de admissões e demissões no serviço público: no caso das demissões serão proibidas no nível municipal a partir da publicação da lei; e com relação às admissões também serão proibidas a partir da publicação da lei, mas nas administrações municipal, estadual e federal. Nos dois casos, as proibições se estendem até a posse dos eleitos.

Segundo Ibsen Pinheiro, os partidos abriram mão de pontos importantes para cada um, visando não prejudicar o mais importante: a realização das eleições. Foi assim no caso dos dois turnos, que o PFL rejeitava, mas teve de ceder, e no da boca de urna, que o PT pretendia permitir.

Há acordo entre os líderes para que não só o texto-base como todos os nove ou dez destaques sejam votados hoje simbolicamente, sem pedidos de verificação de quórum, para acelerar a tramitação do projeto. É possível que ainda hoje seja encaminhado à sanção do presidente Sarney, que teria até o dia 30 de junho para sancionar ou vetar a lei.

Datas e dúvidas

Esse projeto está sendo preparado com base na data de 15 de novembro para a realização das eleições, o que contraria a data aprovada pela Constituinte, que determina sua realização (inclusive os dois turnos, quando for o caso) até 90 dias antes do fim do mandato do antecessor, ou seja, antes de 2 de outubro. Mas como até a promulgação da nova Constituição o Tribunal Superior Eleitoral já deverá ter regulamentado as eleições deste ano, marcando-as para 15 de novembro, as disposições da nova Carta passariam a valer só para as futuras eleições.

Sarney satisfeito? Há quem duvide.

O presidente Sarney teria recebido "com satisfação" a rejeição das emendas que adiavam e marcavam as eleições de prefeitos e vereadores para 1989. Quem disse isso foi o porta-voz Carlos Henrique de Almeida Santos. "A opinião do presidente já é bastante conhecida: deve ser mantido o calendário eleitoral, que prevê eleições este ano." O porta-voz jurou que as

pressões prorrogacionistas de alguns constituintes ligados ao governo, como as do líder no Senado Saldanha Derzi, não foram estimuladas pelo Planalto. No entanto, uma fonte palaciana admitiu a existência, no Palácio, de uma corrente francamente favorável ao adiamento e que faltou coragem para assumir publicamente o receio de que as eleições municipais este ano

poderiam acabar favorecendo alguns candidatos à sucessão de Sarney, como Leonel Brizola, que a partir de então teria condições de formar diretórios em todo o País e montar uma estrutura eleitoral. Já os prefeitos que pressionaram as galerias a favor da prorrogação e da reeleição, decidiram promover uma mobilização nacional para aprovação da reeleição na votação do segundo turno.

MILITARES: ANISTIA RESTRITA.

Foram rejeitadas todas as propostas ampliando a anistia aos militares. Mas a questão ainda não está definida, pois a sessão acabou sendo suspensa por falta de quórum.

A Constituinte rejeitou, ontem, todas as propostas ampliando a anistia política além dos limites fixados na emenda coletiva do Centrão, que repete o texto aprovado pela Comissão de Sistematização. A emenda do Centrão concede anistia desde 1934, beneficiando os punidos que participaram da Intentona Comunista, aos dias atuais, mas sem direito a reintegração ou a indenização, assegurando, porém, as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que os cassados teriam direito se estivessem em serviço ativo.

A questão não está, porém, encerrada, o que teria acontecido ontem se a sessão não tivesse sido propositalmente interrom-

pida pela retirada de parlamentares interessados na ampliação do benefício. Com o baixo quórum verificado por volta das 21h00, os partidários da iniciativa acharam melhor sair do plenário para evitar a rejeição de todas as emendas com esse objetivo, inclusive a articulada pela liderança do PMDB, concedendo anistia a todos os militares punidos por atos administrativos, em decorrência dos fatos ocorridos em 64, desde que sentença judicial, proferida em ação proposta no prazo de cento e oitenta dias, reconheça a punição como causada por motivação política.

A primeira das emendas rejeitadas foi uma fusão das propostas do deputado Lysá-

nes Maciel (PDT-RJ) e Raquel Cândido (PFL-RO) concedendo a anistia aos praças expulsos ou licenciados do serviço ativo em decorrência de motivação política, assegurando aposentadoria correspondente à graduação a que teriam direito se estivessem na ativa. Foi também rejeitada proposta do deputado Agassiz Almeida (PMDB-PB) suprimindo dispositivo que veda a indenização de qualquer espécie aos cassados. Com a supressão, haveria reparação financeira em caráter retroativo aos cassados. Foi também recusada uma fusão de emendas de autoria dos deputados Brandão Monteiro (PDT-RJ) e Aloysio Teixeira (PMDB-RJ) assegurando aos punidos por motivo políti-

co, entre 64 78, o direito de requerer ao Supremo Tribunal Federal o reconhecimento de todos os direitos a vantagens interrompidos pelos atos punitivos.

Ao ser suspensa a sessão de ontem, a reação das pessoas que estavam nas galerias foi violenta. Aos gritos de "covardes", "cretinos", "traidores do povo" e "você não honra as calças que veste", militares punidos em atos administrativos em 1964, militares cassados por atos institucionais e suas mulheres, deixaram as galerias. Um dos líderes do movimento dos anistiados, comandante Paulo Parro Costa, criticou os constituintes: "Isso tudo é uma farsa."

O novo relacionamento com os civis

e nele o brigadeiro Moreira Lima esclareceu ainda sobre o relacionamento entre civis e militares: "Separados por sadia divergência quanto aos caminhos a seguir na realização de nosso destino, devemos estar certos de que a imensa maioria está unida na determinação dos fins visados, que só podem ser os de uma grande nação próspera e democrática."

No intuito de desarmar espíritos e deixando claro que sua mensagem destina-se a contribuir para a transição democrática, o ministro insistiu que a sensação de "desarrumação social" experimentada pelas velhas gerações — o que as impede de desempenhar com desembaraço a função tradicional de servir de ponto de referência — só indiretamente resulta da revolução de 1964.

"Nosso erro — continua o ministro — deu-se no plano institucional, ao acreditarmos que partidos e lideranças políticas po-

dem surgir da simples manifestação da vontade dos governadores, quando de fato requerem uma longa e penosa experimentação." Moreira Lima disse ainda entrever "uma nova linha de atuação dos que desejam incompatibilizar as Forças Armadas com a sociedade", alertando seu público interno: "Não podemos perder de vista que aqueles setores políticos que aspiram a chegar ao poder por procedimentos antidemocráticos — e para asfixiar de vez a democracia — não renunciaram às suas doutrinas e convicções."

Nessa linha de pensamento, o ministro enumerou "três chaves distintas" destinadas a desgastar as Forças Armadas: a primeira, segundo ele, consiste em focalizar de forma distorcida e com lentes de aumento problemas corriqueiros internos das três Armas. A segunda consiste, segundo Moreira Lima, em jogar uma Arma contra outra: "Se a Marinha adota determinado posicio-

namento, logo se procura fazer crer que o Exército ou a Aeronáutica não só tem outra posição como condenam a da Marinha". Finalmente, a "terceira chave" denunciada pelo ministro diz respeito à insistência e empenho em se tentar incompatibilizar as Forças Armadas com o Congresso Nacional, "um lugar de disputas e da negociação".

Moreira Lima ressalta que, "salvo naqueles assuntos que digam respeito ao papel constitucional das Forças Armadas, os militares estão longe de pretender que à sua opinião seja atribuída maior peso. Ao mesmo tempo, seria imperdoável se nos omitíssemos apenas para não parecer interferentes".

O ministro da Aeronáutica encerrou sua mensagem dizendo-se imbuído do melhor propósito quanto ao estabelecimento de relações sadias entre o Congresso Nacional e as Forças Armadas.



Moreira Lima

O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, endereçou ontem "apelo veemente" aos subordinados no sentido de que "se desfaçam prevenções" no que diz respeito ao relacionamento futuro a ser estabelecido entre Forças Armadas e o meio civil. O ministro achou conveniente esclarecer seus comandados porque "alguns setores de nossa elite política e intelectual insistem em tomar o ressentimento como bússola orientadora dos seus sentimentos em relação às Forças Armadas", conforme assegurou.

O documento do ministro foi ontem encaminhado a todos os comandantes da FAB

Um acordo para eliminar os marajás



Genoíno

Mais 11 artigos das Disposições Transitórias foram acordados ontem durante a reunião das lideranças partidárias. O principal acordo foi em relação à extinção dos marajás, cujo artigo do Centrão será substituído por uma fusão de emendas que limitará os salários dos funcionários públicos ao teto máximo do presidente da República, excluindo todas as vantagens já concedidas além desse limite, inclusive por leis municipais ou estaduais. O direito adquirido, para este caso, também será eliminado.

A reunião de ontem durou cerca de quatro horas e foi considerada a mais tranquila dos últimos tempos, não só pelo vice-líder do PT, deputado José Genoíno, quanto pelo líder do Centrão, deputado José Lins. Ao final do encontro, havia uma expectativa de se votar apenas as emendas ao artigo quarto — mandatos de governadores e eleições municipais —, deixando-se para hoje a questão da anistia, para se tentar uma emenda que beneficiasse os 1.500 ma-

rinheiros punidos por atos administrativos em 1964. No plenário, entretanto, esta expectativa foi frustrada pelos líderes do Centrão, que não tinham nenhum interesse em negociar nada.

Na reunião de ontem foi acertado também que os seringueiros — ex-soldados da borracha — terão pensão vitalícia de dois salários mínimos; que as terras dos quilombos serão tombadas, dando preferência de tombamento para as áreas ocupadas por remanescentes dos escravos, e que dentro de cinco anos as terras indígenas terão que estar demarcadas. Ficaram excluídas também do monopólio as refinarias hoje em funcionamento.

As negociações foram interrompidas no artigo 31, que trata da indenização dos trabalhadores que sejam demitidos neste período, enquanto a lei complementar sobre a questão não for regulamentada. Há um acordo anterior, quando se discutiu a estabilidade, que prevê que, a partir da data da promulgação da Constituinte até a elaboração da lei complementar, o empregado que for demitido receberá uma indenização de um mês de salário para cada ano de trabalho, além de 40% do Fundo de Garantia.

MICROEMPRESAS

Como salvar os micros sem sacrificar o Caixa

O presidente José Sarney determinou aos ministros da área econômica que realizem um estudo detalhado para encontrar uma fórmula "capaz de salvar os pequenos e microempresários", que se endividaram em função do Plano Cruzado, sem, entretanto, sacrificar o Tesouro. A informação é do senador Saldanha Derzi, líder do governo no Senado, após audiência com o presidente Sarney, acrescentando que "o governo está muito preocupado em ter que pagar dez bilhões de dólares para este setor, o que seria absolutamente inviável, porque a conta acabará no bolso do contribuinte, que terá de ser sacrificado com mais impostos". Para ele, "talvez o máximo que se possa chegar é a um bilhão de dólares".

Até a próxima terça-feira, segundo o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, será divulgado um novo levantamento a respeito do montante da dívida. Isso será necessário diante da proposta de fusão de emendas apresentada durante a reunião de ontem entre os técnicos do Ministério da Fazenda, os autores das emendas, e o próprio Sant'Anna.

Nessa proposta, os parlamentares resumem em seis itens os termos para a concessão de anistia: não será perdoado o débito principal nem os juros pactuados; a correção monetária será cancelada até a liquidação da dívida; todo o Território Nacional será atingido; com a abrangência

das micro e pequenas empresas, além de empresários urbanos e médios e pequenos produtores rurais; os débitos referem-se apenas aos contraídos durante o Plano Cruzado; e serão dados 30 dias para liquidar.

Os técnicos afirmaram que esse dado de 10 bilhões de dólares foi feito a partir da emenda Mansueto de Lavor, que é a mais abrangente de todas. Agora, outros dados serão levantados com base na fusão de emendas, que prevê apenas a eliminação da correção monetária aos que contraíram empréstimos em instituições financeiras. "Será um cálculo levantado banco a banco, com prazos de pagamentos em 30, 60, 90 e 120 dias e, então, discutiremos o teto para pagamento destas dívidas" — disse Carlos Sant'Anna, para quem outro problema em discussão é se o governo poderia apresentar ao Congresso Nacional um projeto de lei ou até mesmo um decreto-lei com base no acordo a ser feito com os constituintes: "O objetivo seria apressar a solução do problema para os pequenos e microempresários e os agricultores".

Já o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) mantém os seus dados, dizendo que o débito é de 183 bilhões de cruzados. Para ele, quando os técnicos refizerem suas contas com base na fusão de emendas, eles vão chegar a dados bastante próximos a esses, "pois os meus dados foram colhidos no Banco Central".